

O processo de inclusão e aprendizagem de alunos com Déficit Cognitivo Leve no Ensino de Ciências

Laura Teresa Müller¹
Camila Copetti²

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo diminuir barreiras entre o processo de inclusão e aprendizagem de alunos com Déficit Cognitivo Leve no ensino de Ciências. A partir de entrevistas com professoras de Ciências e Atendimento Educacional Especializado (AEE) e ainda, observações de aulas em turma regular de ensino de Ciências e sala de Recursos Multifuncionais, juntamente com análise de Projeto Político Pedagógico da escola e estudo sobre a aprendizagem de alunos com Déficit Cognitivo Leve, foi possível visualizar caminhos que contemplem a aprendizagem em Ciências e a inclusão de alunos com Déficit Cognitivo Leve no ambiente escolar.

Palavras chave: Inclusão, Aprendizagem, Déficit Cognitivo Leve, Ensino de Ciências, Atendimento Educacional Especializado.

1 Graduada do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Farroupilha *Campus* Santo Augusto - RS, lauumuller@gmail.com;

2 Doutora pelo Curso de Ensino de Ciências e Matemática da Universidade Franciscana de Santa Maria – RS, Professora do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Farroupilha *Campus* Santo Augusto – RS, camila.copetti@iffarroupilha.edu.br.

Introdução

A sociedade e seus povos, rotulam e estigmatizam, de forma a recriminar características, a determinadas pessoas, etnias, gêneros, faixas etárias, tornando-as desconsideradas em seus direitos de pessoa. Nesse sentido, a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e a Constituição Cidadã de 1988, assentadas na valorização da diversidade humana, foram criadas para desenvolver políticas integradoras que tornassem possível o exercício dos deveres e direitos como cidadão. Um dos direitos assegurados por essas legislações, é aquele que prevê uma educação de qualidade para todos, inclusive para pessoas com necessidades especiais, com sua efetiva integração social, pautadas na lei 7853/89. Assim, um dos maiores desafios da atualidade é oferecer uma educação de qualidade que eduque o cidadão para a diversidade. Cabe, deste modo, a família, a escola e ao estado congregar ações proativas, que promovam uma mudança de atitude na sociedade e na maneira de conceber o outro.

É no sentido da inclusão e da aprendizagem de pessoas com necessidades especiais que este trabalho perpassa. Detendo um olhar, sobretudo, em estudantes com Déficit Cognitivo Leve, e no modo como esses sujeitos aprendem e são acolhidos no ambiente escolar. Para a fundamentação e execução deste trabalho foram executadas visitas e entrevistas com professores, de Ciências e do Atendimento Educacional Especializado (AEE), juntamente com a observação de aulas em sala regular, na disciplina de Ciências, e de Recursos Multifuncionais, em uma escola estadual de ensino fundamental, no município de Santo Augusto/RS.

Referencial Teórico

Dentre as políticas públicas mundiais que perpassaram os processos de integração e inclusão de pessoas com necessidades especiais, destacam-se a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais e a Declaração de Salamanca de 1994, responsáveis por disseminar o conceito de educação inclusiva, revelando uma preocupação com aqueles que estavam as margens da sociedade e por conseguinte, excluídos da escola: mulheres, pobres, negros e deficientes.

Em análise nacional, a Lei 9394/96 das Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, em seu art. 58 e 59, asseguram uma educação especial em rede regular de ensino para pessoas com necessidades especiais. O art. 59 acrescenta ainda, a responsabilidade das escolas quanto a garantia

a tais estudantes de currículos, métodos e técnicas para atender suas especificações.

Além dos documentos de ordem mundial e nacional assegurarem a educação especial, há aqueles que são específicos de cada escola. Antes de receber um aluno com necessidades especiais, as primeiras mudanças ocorrem a partir de modificações no Projeto Político Pedagógico (PPP) e no Regimento Escolar, por meio de uma construção coletiva com os professores e a comunidade escolar. Além disso, desde o ano de 2008, está previsto em lei um Atendimento Educacional Especializado (AEE). A Lei 6571/08 é um recurso proporcionado aos alunos com necessidades especiais, que garante seu acompanhamento diário, levando em consideração suas potencialidades e especificidades, ocorrendo no turno inverso, em um espaço que recebe o nome de Sala de Recursos Multifuncionais, para complementar os estudos regulares. Dessa forma, o professor AEE trabalha diretamente com o aluno, desenvolvendo atividades interativas e planejadas que contribuam para sua evolução enquanto pessoa e estudante.

Metodologia

O presente trabalho se caracteriza em uma pesquisa qualitativa, que segundo Severino (2007) é focada nos fundamentos epistemológicos, bem como na compreensão dos comportamentos do grupo – alvo. “A pesquisa quantitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 32).

Para obtenção dos dados foram realizadas entrevistas em uma escola estadual de ensino fundamental do município de Santo Augusto/RS, com uma professora de Ciências e uma professora que atua há nove anos no trabalho AEE, trazendo para a conversa toda a sua experiência profissional como professora, diretora de escola especial e intérprete de Libras.

Posteriormente as conversas com as professoras, foi possível observar em turma de ensino regular de Ciências e em Sala de Recursos Multifuncionais o processo de aprendizagem de alunos com Déficit Cognitivo Leve, bem como o processo de inclusão desses alunos em turma regular de ensino.

Resultado e Discussão

Em um primeiro momento, para subsidiar a pesquisa, foi feita uma análise sobre o número de alunos com necessidades especiais na escola em

questão. Revelando assim, um total de onze (11) alunos com necessidades especiais, sendo eles um (1) com Síndrome de Down, um (1) com deficiência física e mental e nove (9) com Déficit Cognitivo Leve. Todos os registros dos alunos desta e das demais escolas estão disponíveis no ISE bem como, nos portfólios de cada aluno com a respectiva documentação na escola.

Os dados coletados revelaram que a escola possui um alto índice de alunos com Déficit Cognitivo Leve. Desta forma, é no sentido de estreitar barreiras entre alunos com Déficit Cognitivo Leve, a aprendizagem em Ciências e a inclusão que esse trabalho perpassa.

Ao iniciar a pesquisa, foi realizada uma análise do PPP da escola, que revelou a garantia de previsão de AEE para alunos com necessidades especiais, matriculados em base comum do ensino regular. O documento esclarece que, o frequentar dos alunos ao AEE ocorre em turno inverso, e que o desenrolar da aula respeita as especificidades de cada aluno. Aponta ainda, o desafio da escola quando se refere ao acolhimento de inclusão desses alunos, situações de distorção idade-série, assim como necessidade de reforço no processo de aprendizagem escolar.

Quando perguntado as professoras sobre o processo de inclusão dos alunos com necessidades especiais, e no modo como este é promovido pela escola. A professora de Ciências afirmou que:

“O processo de inclusão do aluno especial com os demais alunos é um pouco difícil, pois os demais colegas precisam entender como é a especificidade e que as aulas não serão normais, que todos precisam interagir com o aluno e entender que o professor muitas vezes ficará focado no outro”.

A resposta da professora AEE revelou grande comprometimento com esses alunos quando destacou que:

“Muitos são os desafios, não apenas da Educação Inclusiva, mas sim da Educação como um todo. O fato é que, somente a presença física dos alunos com a deficiência não possibilita a verdadeira inclusão. Para que isso possa acontecer é necessário oferecer um ambiente que atenda às suas reais necessidades, onde professores possam compreender melhor esse aluno, reconhecendo suas especificidades e potencialidades”.

Segundo Ropoli et. al. (2010, p. 10) “as mudanças necessárias não acontecem ao acaso, mas fazem parte da vontade política do coletivo da escola, explicitadas no seu Projeto Político Pedagógico (PPP) e vividas a partir de uma gestão democrática”. Dessa forma, a partir da análise do PPP e das falas das professoras, a escola assume uma postura de reconhecimento de que o processo de inclusão não é uma tarefa fácil, mas necessária e que deve ser perseverante para se alcançar a verdadeira inclusão.

As concepções de deficiência e educação inclusiva sofreram diversas mudanças ao longo da história, capazes de constituir paradigmas, assim também, no que se refere a doenças cognitivas. Na antiguidade, aqueles que possuíam algum tipo de déficit mental eram extinguidos da sociedade, sendo considerados loucos e inválidos. Ainda no século XX a “prisão domiciliar” era a prescrição típica da época. Vagarosamente a ordem social foi sendo provocada a sofrer mudanças. Hoje, sabe-se que apesar dos indivíduos com Déficit Cognitivo apresentarem suas limitações, como qualquer outra pessoa, devem ser respeitadas e criadas oportunidades para fazer com que tal indivíduo avance como pessoa.

A escola comum se torna inclusiva quando reconhece as diferenças dos alunos diante do processo educativo e busca a participação e o progresso de todos, adotando novas práticas pedagógicas. Não é fácil e imediata a adoção dessas novas práticas, pois ela depende de mudanças que vão além da escola e da sala de aula (ROPOLI et. al., 2010, p. 09).

Quando perguntado as professoras quais as dificuldades e êxitos no processo de aprendizagem de um aluno especial, as professoras ressaltaram que cada sujeito apresenta suas limitações, porém seu avanço na aprendizagem é comparado a ele mesmo, no quanto ele consegue avançar no seu próprio conhecimento. Ainda, ressaltaram que procuram desenvolver atividades que desenvolvam sua motricidade, raciocínio lógico, esquema corporal, linguagem, socialização, alfabetização, letramento e interação no espaço escolar. Todos esses processos puderam ser observados durante as aulas de Ciências e no AEE com alunos com Déficit Cognitivo Leve. Para Vigotsky (1987) as pessoas com necessidades especiais possuem potencialidades e capacidades, que só serão desenvolvidas quando oferecidas condições materiais e instrumentais adequadas.

O aluno com déficit cognitivo apresenta, em relação a atenção, dificuldades em completar tarefas, fácil distração, tempo de atenção menor que

os demais, sendo capaz de direcionar sua atenção para o que realmente lhe interessa. Com relação a memória, o aluno apresenta dificuldade em lembrar uma sequência ou direção e gravar fatos ocorridos em curto intervalo de tempo. Retém melhor figuras e modelos didáticos do que palavras soltas, e possui a memorização auxiliada por meio da manipulação com material concreto. Ainda, possui dificuldade em compreender termos abstratos, responder questões abertas e de múltipla escolha.

Dessa forma, quando estes alunos estão inseridos em classe escolar, cabe aos profissionais da educação, e sobretudo aos aqueles de Ciências/Biologia desenvolver metodologias que sejam eficazes para o entendimento e a sua aprendizagem significativa. Adaptando suas aulas com a inclusão de metodologias ativas e concretas, como: modelos didáticos, exemplares de plantas e animais, confecção de pôster, execução de viagens técnicas e de campo, utilização de figuras, músicas, vídeos, entre outros. Objetivando sempre uma interação do aluno com déficit cognitivo junto com os demais, de tal forma que o material desenvolvido pelo professor atenda a todos os envolvidos neste processo. Com tais metodologias, o estudante precursor de déficit cognitivo apresentará uma memorização auxiliada por material concreto, sendo capaz de guardar melhor as informações e garantir assim plena aprendizagem.

Segundo Almeida (2003), o rendimento dos alunos vai além das expectativas quando o estudante é instigado, trabalhando de forma interativa e participativa com os demais. As metodologias ativas são responsáveis pela melhora na capacidade de adquirir e guardar informações em comparação com métodos tradicionais.

É de extrema importância lembrar que, tais alunos se distraem facilmente e apresentam tempo curto de atenção, sendo ideal utilizar explicações diretas e rápidas, assim como imagens claras e execução de vídeos e filmes de curta duração. Ainda, o campo das Ciências e da Biologia é uma área vasta, repleta de conceitos e palavras abstratas. Quando se tem um aluno com déficit cognitivo em sala de aula é necessário muitas vezes adaptar os conceitos, tornando-os possíveis de entendimento para aquele aluno, como o uso de uma linguagem clara, possível de compreensão.

Ainda, como tal aluno possui dificuldade em responder questões abertas e de múltipla escolha, é necessário desenvolver questões e atividades diferenciadas, como a ilustração de desenhos ou criação de poemas que façam referência ao conteúdo ministrado. Além disso, o professor como regente da turma deve sempre estar com um olhar atento a inclusão, proporcionando atividades em grupo que contemplem o aluno em questão.

Além dessas metodologias serem extremamente eficazes para alunos precursores de déficit cognitivo, são essenciais para a aprendizagem dos demais alunos. Metodologias ativas funcionam como gatilhos, capazes de despertar a atenção e instigar a criatividade dos demais alunos, tornando as aulas de ciências um atrativo conciliado com a aprendizagem. Ainda, são capazes de estabelecer inter-relações entre conhecimentos histórico – culturais, transformando conceitos abstratos em concretos, possibilitando assim a ressignificação de conceitos e a aprendizagem significativa.

Durante as observações em classe regular foi possível perceber que a escola está em busca de oferecer um caminho para uma verdadeira inclusão. Quando observadas as aulas de Ciências, ficou clara que a forma como a professora se posicionava e conduzia suas aulas, tinham como pressuposto a inclusão e aprendizagem de alunos com Déficit Cognitivo. As metodologias adotadas, como materiais concretos, abordagem de conceitos de forma clara, relação do conteúdo científico ao cotidiano, mostravam uma preocupação, não só sobre a aprendizagem, mas também sobre a inclusão de alunos com Déficit Cognitivo.

Para finalizar a conversa com as professoras foi questionado qual o sentimento que elas possuíam em trabalhar com esses alunos. A professora AEE articulou dizendo:

“Como professora do AEE me sinto na responsabilidade de mobilizar colegas professores e comunidade acadêmica em geral sobre a proposta da inclusão, buscando promover um olhar mais humano, no respeito as especificidades de cada sujeito”.

Mesmo sabendo que a inclusão veio para ficar, muitas escolas ainda, em diversas partes do mundo continuam conservadoras, pautadas em um ensino conteudista e tradicional, aceitando que a aprendizagem segue um padrão específico para todos. Nesse sentido, o processo de inclusão vem para mostrar que é possível aprender de diferentes maneiras, e que a maneira certa é aquela que o aluno é capaz de aprender significativamente.

Considerações Finais

A pesquisa possibilitou estabelecer inter-relações entre inclusão e aprendizagem de alunos com Déficit Cognitivo e o ensino de Ciências. Dessa forma, a partir das entrevistas com professoras de Ciências e AEE, e das observações em classe regular de ensino e em sala de Recursos Multifuncionais,

fica evidente que a escola em questão está em busca de uma verdadeira inclusão de seus alunos com necessidades especiais no ambiente escolar. Não deixando de reconhecer o quão o processo se torna uma tarefa difícil, porém não inalcançável.

Dessa forma, apenas inserir alunos com necessidades especiais e Déficit Cognitivo não garantem uma verdadeira inclusão. Torna-se imprescindível, congregar ações proativas no espaço escolar, elaborando de forma conjunta com toda a comunidade escolar, um PPP que contemple alunos com necessidades especiais e que promovam uma verdadeira inclusão. Além disso, é impreterível colocar todos esses planos em ação durante o período letivo, garantindo uma escola democrática. Ainda, cabe ao estado oportunizar formações continuadas que tenham como foco a educação inclusiva e especial. E ainda, a família, juntamente com estado e escola, devem congregam ações capazes de fomentar a aprendizagem de alunos com necessidades especiais.

Referências

ALMEIDA, Paulo Nunes de. Educação lúdica. **Técnicas e jogos pedagógicos**. 11ª edição. São Paulo: Loyola, 2003.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**, 1994.

GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. ROPOLI, Edilene Aparecida; MANTOAN, Maria Teresa Eglér; SANTOS, Maria Terezinha da Consolação Teixeira dos; MACHADO, Rosângela. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar**. A escola comum inclusiva. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Especial, 2010.

SEVERINO, Antônio Joaquim, 1941. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

VYGOTSKY, Lev. **Pensamento e Linguagem**. Tradução de Jefferson L. Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1987.